

LINHA DE CHEGADA DIREITO ADMINISTRATIVO

VIVIANE MAIA

- 1º)** Acerca da Organização Administrativa, assinale a alternativa CORRETA.
- A) Quando a Administração Pública direta cria pessoas jurídicas especializadas para a transferência da prestação de determinados serviços, diz que há a centralização.
 - B) Administração Indireta é composta de órgãos internos, a Administração Direta se compõe de pessoas jurídicas, também denominadas de entidades.
 - C) A descentralização ocorre quando a distribuição de competências é feita de maneira inteira, ou seja, dentro da mesma pessoa jurídica.
 - D) Há desconcentração quando o Estado cria outro ente, com personalidade jurídica própria, e delega a execução de determinada atividade à pessoa jurídica criada.
 - E) O objetivo da descentralização é proporcionar maior eficiência à prestação de serviços públicos, uma vez que ela será realizada por entes especializados, que se dedicarão, de forma específica, àquela finalidade.
- 2º)** Determinado Bar e Lanchonete localizados no centro da cidade X /Município Y, durante o seu horário de funcionamento, de segunda a sábado, das 10 às 22 horas, coloca mesas e cadeiras, na calçada pública, para uso da sua clientela, amparado pela permissão de uso do bem público concedida pelo Poder Executivo local. Apesar disso, o Prefeito do Município Y resolve revogar a concessão da mencionada permissão de uso do bem público, para fins de utilização das calçadas do centro da cidade X/Município Y na ocupação de exposições artísticas vinculadas a um projeto da Secretaria Municipal de Cultura. À vista disso, esse agente público, ao agir de acordo com a conveniência, a oportunidade e o conteúdo da matéria permitida em lei, exerceu o seu poder:
- A) Disciplinar
 - B) Hierárquico
 - C) Discricionário
 - D) Regulamentar
 - E) De Polícia
- 3º)** Determinado agente público que busque, na execução de ato administrativo, fim diverso do previsto pela lei, incorre em:
- A) Excesso de poder, espécie do gênero desvio de poder.
 - B) Ilícito civil, exclusivamente.
 - C) Desvio de poder, espécie do gênero abuso de poder.
 - D) Ilícito administrativo que se caracteriza como excesso de poder.
- 4º)** Acerca dos atos administrativos, julgue os itens e marque a alternativa incorreta:
- a) Imperatividade é o atributo pelo qual os atos administrativos se impõem a terceiros, independentemente de sua concordância.
 - b) A tipicidade é o atributo pelo qual o ato administrativo deve estar contido em dispositivos previamente definidos pela lei.
 - c) A autoexecutoriedade consiste na capacidade que a Administração pública possui para executar diretamente as suas decisões, sem precisar de ordem judicial.
 - d) A presunção de legitimidade dos atos administrativos significa que se presume, sem se admitir prova em contrário, que os atos administrativos foram emitidos com observância da lei.
 - e) Motivo é o pressuposto de fato e de direito que fundamenta a prática do ato administrativo.
- 5º)** O art. 37, § 6º, da Constituição Federal, dispõe que "as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa".
No que concerne à responsabilidade civil do Estado, no direito brasileiro, adota-se, como regra, a teoria da(o)
- A) risco administrativo.
 - B) culpa civil.
 - C) culpa administrativa.
 - D) risco integral.
 - E) culpa irrestrita.

6º) Antônio, funcionário público do Município Beta, sem o conhecimento dos seus superiores e com o objetivo de prejudicar a sociedade empresária WW, lavrou um auto de infração em razão do alegado descumprimento da legislação municipal. Daí resultou a aplicação de multa e sua inscrição em dívida ativa, o que impediu que a referida sociedade empresária participasse de licitações e celebrasse contratos administrativos.

Caso demonstre a ilicitude da referida conduta, a sociedade empresária WW pode promover a responsabilidade civil

- A) apenas de Antônio, o que ocorrerá de modo subjetivo.
- B) apenas do Município Beta, o que ocorrerá de modo subjetivo.
- C) de Antônio, de modo subjetivo, o qual, se condenado, terá direito de regresso contra o Município Beta.
- D) do Município Beta e de Antônio, necessariamente em conjunto, o que ocorrerá de modo objetivo.
- E) do Município Beta, de modo objetivo, o qual, se condenado, tem direito de regresso contra Antônio.

7º) Acerca do controle judicial dos atos administrativos discricionários, pode-se corretamente afirmar que

- A) o ato administrativo discricionário sempre é isento de controle judicial, tendo em vista que o juízo de conveniência e oportunidade é privativo do poder executivo, não podendo este ser substituído pelo juiz, sob pena de ofensa ao princípio da separação dos poderes.
- B) o ato administrativo discricionário é passível de total controle judicial, em todos os seus elementos, tendo em vista o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional.
- C) o controle judicial dos atos administrativos discricionários permite ao poder judiciário revogar o ato administrativo, mas não decretar sua nulidade, prerrogativa exclusiva da administração pública.
- D) o controle judicial dos atos administrativos discricionários pressupõe o prévio esgotamento da via administrativa.
- E) o controle judicial do ato administrativo discricionário é possível, mas terá que respeitar a discricionariedade administrativa nos limites em que esta é assegurada à administração pública pelo ordenamento jurídico.

8º) Com relação ao controle da administração pública, assinale a opção correta.

- A) Somente o Poder Judiciário pode anular ato administrativo expedido pelo Poder Executivo.
- B) O tribunal de contas é o órgão responsável pelo controle interno do Poder Executivo.
- C) A administração pública pode anular ou revogar, por conveniência ou oportunidade, os próprios atos.
- D) O controle de legalidade não pode ser exercido pelos três poderes.
- E) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação que vise à anulação de ato lesivo ao patrimônio público.

9º) A Constituição determina as penas cabíveis aos condenados pela prática de atos de improbidade administrativa aplicáveis conforme gradação prevista em lei, dentre elas:

- A) a perda dos direitos políticos.
- B) o perdimento de bens.
- C) a suspensão não remunerada do cargo público.
- D) a aposentadoria compulsória.
- E) a indisponibilidade de bens.

10º) Recentemente, Jovelina, prefeita do Município Delta, sem realizar concurso público, dolosamente, promoveu a contratação por tempo determinado de Eleutério para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, devidamente especificada nos termos da lei local vigente. No exercício da respectiva função, Eleutério atuou de forma negligente, vindo a causar danos ao erário municipal, de forma culposa. Diante dessa situação hipotética, considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça e o disposto na Lei nº 8.429/1992, com a redação conferida pela Lei nº 14.230/2021, é correto afirmar que:

- A) a conduta de Jovelina, por si só, não caracteriza ato de improbidade administrativa;
- B) Eleutério deve ser responsabilizado por ato de improbidade que causou prejuízo ao erário;
- C) a conduta de Jovelina, por si só, configura ato de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário;
- D) a conduta de Jovelina, por si só, caracteriza ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública;
- E) diante da contratação por tempo determinado, Eleutério não pode ser considerado agente público, para fins de responsabilização com base na lei de improbidade administrativa.

11º) João, agente de Polícia Civil e chefe do setor de investigação em determinada delegacia no Estado Alfa, recebeu, para si, diretamente, a quantia de cinquenta mil reais de Alessandro, indiciado em determinado inquérito policial. Para retribuir o presente, João deixou de realizar determinada diligência investigatória, pois o resultado poderia desagradar a Alessandro. Consoante dispõe a Lei n. 8.429/1992, em tese:

- a) João praticou ato de improbidade administrativa, dentre cujas sanções está a perda da função pública, mas Alessandro não cometeu improbidade porque é particular;
- b) João e Alessandro praticaram ato de improbidade administrativa, dentre cujas sanções está a suspensão dos direitos políticos pelo período previsto na lei;
- c) João e Alessandro não praticaram ato de improbidade administrativa, porque não houve efetivo dano ao erário, mas respondem na seara criminal;
- d) Alessandro praticou ato de improbidade administrativa, dentre cujas sanções está a perda da função pública, mas João responde apenas nas esferas administrativa e criminal, porque é servidor público;
- e) João praticou ato de improbidade administrativa, dentre cujas sanções está a perda dos valores acrescidos ilicitamente a seu patrimônio, mas Alessandro não cometeu improbidade porque não é agente público.

12º) De acordo com a Lei nº 8.429/1992 — Improbidade Administrativa, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

() O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa. () As disposições desta Lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade.

- A) E - C.
- B) E - E.
- C) C - E.
- D) C - C.

13º) O servidor público municipal João, no mês de junho de 2023, dolosamente, deixou de praticar, indevidamente, ato de ofício. No mesmo mês, a servidora pública municipal Maria, igualmente de forma dolosa, revelou fato de que tinha ciência em razão das suas atribuições e que devia permanecer em segredo, mas não chegou a haver qualquer beneficiamento por informação privilegiada ou risco à segurança da sociedade e do Estado.

Com base apenas nos elementos acima narrados e no atual texto da Lei de Improbidade Administrativa, em tese:

- A) João e Maria não praticaram ato de improbidade administrativa;
- B) João e Maria praticaram atos de improbidade administrativa que atentaram contra os princípios da administração pública;
- C) João não praticou ato de improbidade administrativa, mas Maria praticou ato de improbidade administrativa que atentou contra os princípios da administração pública;
- D) João não praticou ato de improbidade administrativa, mas Maria praticou ato de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário;
- E) João praticou ato de improbidade administrativa que importou em enriquecimento ilícito, mas Maria não praticou ato de improbidade administrativa.

14º) Segundo a Lei nº 8.429/1992 — Improbidade Administrativa, numerar a 2ª coluna de acordo com a 1ª e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

(1) Ato de Improbidade Administrativa que Causa Prejuízo ao Erário. (2) Ato de Improbidade Administrativa que Importa Enriquecimento Ilícito. (3) Ato de Improbidade Administrativa que Atenta contra os Princípios da Administração Pública.

() Perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou a aplicação de verba pública de qualquer natureza. () Negar publicidade aos atos oficiais, exceto em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado ou de outras hipóteses instituídas em lei. () Permitir ou facilitar a aquisição, a permuta ou a locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.

- A) 1 - 2 - 3.
- B) 3 - 2 - 1.
- C) 2 - 3 - 1.
- D) 2 - 1 - 3.